

Sra. Presidente da Mesa, Srs. Membros da Mesa

Sr. Presidente António Costa, Sras. e Srs. Vereadores,

Sras. e Srs. Deputados

O Sr. Presidente referiu-se no início da sua intervenção ao debate parlamentar sobre a Reforma Administrativa votada na semana passada da Assembleia da República. O Sr. Presidente não esteve cá na semana passada, mas espero que o seu partido lhe tenha comunicado que aprovou nesta Assembleia Municipal uma moção do Bloco de Esquerda que exige a realização de referendos locais em caso de extinção, fusão ou agregação de freguesias. Esperamos que o Tratado de Tordesilhas que assinou com o PSD para a partilha da cidade não impeça o PS de honrar com os compromissos democraticamente assumidos nesta assembleia.

O Sr. Presidente ganhou o péssimo e lamentável hábito de não responder às nossas perguntas. Hábito que, aliás, deve ter adoptado á imagem do que era a atitude do PS e de Sócrates no Governo, de não responder às perguntas dos deputados nos debates quinzenais.

Por isso, se o Sr. Presidente insiste em primar pela ausência no debate nesta Assembleia, nós insistiremos nas perguntas que devem ser feitas.

O Sr. Presidente apresenta na sua informação escrita, e já tivemos oportunidade de discutir em sede de Comissão, a Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) para o período 2012 – 2024.

Este plano é coerente com a visão que o executivo e o PS têm para a cidade de Lisboa: uma cidade de luxo, adaptada aos desejos e anseios do negócio imobiliário.

Isto ficou provado com a teimosia em fazer passar antes do PDM uma quantidade absurda de planos de pormenor virados para a construção nova, de gama alta, que alinhavavam desde logo compromissos de construção de densidade elevada com os operadores do mercado.

O novo PDM, mais do que estabelecer regras, é um regime de incentivos aos promotores imobiliários que passam a ter uma moeda de troca em Lisboa: os créditos de construção em m2 de área acima do índice estipulado para determinadas zonas da cidade, criando uma pressão inaceitável sobre as áreas consolidadas.

A criação e participação da CML num fundo de investimento imobiliário com parceiros privados, onde coloca 25% do potencial de construção dos solos municipais, e a previsão da sua significativa valorização através da actividade especulativa do fundo, colocam o município como um importante agente de especulação. Acresce a isto a remuneração da entidade gestora do fundo, contratada por ajuste directo e paga pela autarquia.

É neste quadro que se insere está estratégia de reabilitação urbana. Eu compreendo que o Sr. Presidente queira uma cidade de ricos, mas não é essa a realidade social e económica do município que governa.

Quando o Sr. Presidente pensa na reabilitação devia pensar cidade, devia pensar social, serviço público, em vez de pensar negócio. Assuma a sua estratégia para Lisboa, Sr. Presidente.

A ERU tem uma vantagem principal, que é alargar a toda cidade os incentivos fiscais à reabilitação. Mas isso por si só não é uma estratégia, e tudo o resto é pura ilusão.

Este projecto não é sustentável. Além de assentar em iniciativas legislativas que dependem exclusivamente da Assembleia da República, a ERU não tem uma estratégia de financiamento, e esse é o problema de desenhar uma reabilitação urbana clara, alargando a base geográfica sem definir prioridades.

Sobre isto, ficamos esclarecidos:

1. Esta reabilitação não resolve a procura real de habitação e cria uma oferta excedente;
2. Esta é uma reabilitação cara, e de uma reabilitação cara não vai sair habitação acessível;
3. Esta é uma reabilitação sem dimensão social em tempos de crise, não responde aos problemas do arrendamento, não contribui para favorecer o acesso à habitação;
4. Esta reabilitação promove os apetites especulativos e imobiliários por certas zonas da cidade e abandona outras;
5. É uma reabilitação que espera um milagre: a retoma do mercado imobiliário.

Não estamos de acordo. Sobre esta matéria, nunca estivemos. O Bloco tem propostas sólidas na área da reabilitação, que defendem a cidade e respondem à crise.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queria falar-lhe de gestão. De transparência, de boas práticas e de procedimentos democráticos na forma de gerir o que é público, os dinheiros públicos.

A transparência não é o forte deste executivo.

Torno a perguntar-lhe, Sr. Presidente, o que a dizer sobre o relatório de boas práticas que denuncia vários problemas nos processos de obras lançados pela Câmara Municipal de Lisboa. Entre eles, o reduzido número de concursos públicos face aos ajustes directos e a concentração das adjudicações num reduzido número de empresas.

Volto a pedir-lhe o relatório em causa, elaborado pelo vereador Nunes da Silva.

Mas mais do que isso, Sr. Presidente, exige-se uma resposta política do presidente eleito.

Não é aceitável que o Sr. Presidente utilize a falta de recursos financeiros como desculpa para não responder à crise social e depois se recuse a dar uma resposta sobre estas acusações.

O que queremos saber, Sr. Presidente, é se é verdade o que é dito. Isso é o que todos os deputados desta Assembleia deveriam querer saber.

Se o Sr. Presidente insistir em não responder, o Bloco de esquerda e os cidadãos de Lisboa retirarão as suas conclusões sobre a responsabilidade do Sr. Presidente nestas práticas inaceitáveis.

Ainda sobre gestão, Sr. Presidente, temos todo o interesse em saber se vai continuar a suportar a decisão do Sr. Vereador Sá Fernandes de alugar 70 viaturas eléctricas a um custo exorbitante, quando a própria maioria que o apoia lhe recomenda uma posição mais sensata.

Não temos, naturalmente, nenhuma objecção aos cuidados ambientais. Pelo contrário. Mas se quer levar uma medalha verde ao peito é preciso mais do que uma cara operação de marketing. Melhor seria que o executivo defendesse o sistema de transportes colectivos público que em menos de um ano subiram mais de 25%. Isso sim, é estratégia, é resolver os problemas da mobilidade.

Lisboa está hoje pior do que antes.

A sua população está mais pobre, vive com maiores dificuldades, o emprego desaparece e o custo dos serviços públicos e dos transportes agrava a crise social.

Queria felicitá-lo por ter cumprido a responsabilidade do município com os programas SOS e o Plano de Contingência para as Ondas de Frio.

Mas estas medidas isoladas não escondem a realidade: Lisboa não tem um diagnóstico sério da situação social da cidade, nem desenvolveu a Rede Social.

O Fundo de Emergência Social é importante, mas não é mais do que uma gota de água na ausência de uma estratégia integrada de resposta social. Demorou um ano a sair, tem um orçamento demasiado pequeno (1,5M) e não passa de um regulamento de apoios, que sacode para os parceiros a responsabilidade de pensar a intervenção e de agir.

Lisboa é hoje uma cidade de políticas neo-liberais, de promoção da especulação e favorecimento do negócio imobiliário da construção nova.

Uma cidade que promove a venda do seu património e a privatização dos serviços públicos; uma cidade que não tem um plano consistente de resposta à crise social e ainda promove medidas que acrescentam crise à crise, austeridade à austeridade.

As questões estão colocadas, esperamos que haja coragem para as respostas.